

INFORME Nº 4156/2020/ORLE/SOR

**PROCESSO Nº 53500.065676/2020-26**

**INTERESSADO: ULTRATELECOM PROVEDORA DE INTERNET EIRELI**

**1. ASSUNTO**

1.1. Solicitação de autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo.

**2. REFERÊNCIAS**

- 2.1. Lei nº 9.472, de 16/07/1997 – Lei Geral de Telecomunicações.
- 2.2. Lei nº 12.485, de 12/09/2011;
- 2.3. Decreto nº 2.617, de 05/06/1998;
- 2.4. Decreto nº 9.094, de 17/07/2017;
- 2.5. Resolução nº 65, de 29/10/1998;
- 2.6. Resolução nº 73, de 25/11/1998;
- 2.7. Resolução nº 682, de 31/08/2017;
- 2.8. Resolução nº 720, de 10/02/2020.

**3. ANÁLISE**

**DA SOLICITAÇÃO**

3.1. Trata-se de pedido visando à outorga de autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em todo território nacional.

3.2. O Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, em suas disposições finais e transitórias previu que as autorizações para a prestação de serviços de telecomunicações, seja de interesse coletivo ou de interesse restrito, devem ser consolidadas e adaptadas aos novos regramentos da Anatel, conforme segue:

**CAPÍTULO X**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 31. As autorizações para exploração de serviços de telecomunicações expedidas até a data de entrada em vigor deste Regulamento serão consolidadas por empresa e adaptadas aos novos regramentos pela Anatel, de ofício e sem ônus, mediante publicação do ato respectivo no Boletim de Serviço Eletrônico da Agência, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, considerando-se notificado o interesse na exploração de todos os serviços de telecomunicações previamente outorgados.

§ 1º A critério da Agência, os instrumentos de outorga de direitos de uso de radiofrequências também poderão ser consolidados nos mesmos termos da consolidação das autorizações de serviços, sem alteração de seus respectivos prazos de vigência.

Art. 32. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, as autorizadas têm a obrigação de manter atualizados, junto à Anatel, os dados cadastrais relativos à razão social, ao endereço da sede, à identificação dos diretores e responsáveis e à composição acionária, quando for o caso..

3.3. Nesse sentido, conforme informações extraídas dos sistemas da Anatel, a Entidade Requerente já é titular da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia.

3.4. Portanto, propõe-se a imediata adaptação e consolidação, conferindo à Entidade

Requerente a outorga dos Serviços de interesse coletivo (Fistel 001), incluindo o serviço recentemente notificado.

3.5. Nos termos do art. 4º do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução nº 720/2020, a Área de Prestação de Serviço objeto da autorização para exploração de serviço de telecomunicações será constituída por todo território nacional.

3.6. Conforme o § 1º do art. 3º do Regulamento Geral de Outorgas, a autorização para a exploração de serviço de telecomunicações será expedida por prazo indeterminado e a título oneroso, e independerá de licitação, salvo em caso de impossibilidade técnica ou, excepcionalmente, quando o excesso de competidores puder comprometer a prestação de uma modalidade de serviço de interesse coletivo.

3.7. Observa-se que o uso de radiofrequência, quando necessário, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação e da respectiva consignação, que se dará mediante ato da Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações - ORLE/SOR.

3.8. No presente processo, não haverá consignação de radiofrequência, assim a licitação para outorga da autorização é desnecessária, nos termos do § 2º e do art. 6º do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 65/1998.

#### **DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

3.9. A empresa interessada na obtenção de autorização para exploração dos Serviços de Interesse Coletivo está constituída segundo a legislação brasileira, com sede e administração no país, atendendo ainda os demais requisitos definidos na parte final do art. 1º do Decreto nº 2.617, de 5 de junho de 1998, bem como apresentou declaração de conformidade com o disposto no art. 5º da lei nº 12.485/2011.

3.10. A interessada apresentou requerimento por meio de representante regularmente constituído, conforme o Regulamento do Processo Eletrônico na Anatel, aprovado pela Resolução nº 682/2017.

3.11. A comprovação de qualificação jurídica ocorreu conforme o disposto no art. 1º do Anexo ao Regulamento Geral de Outorgas.

#### **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.12. Consta dos autos do processo declaração de que a empresa requerente está em boa situação financeira e que não existe contra ela pedido de falência ou concordata expedida, cumprindo-se, assim, o requisito estampado no Art. 3º do Anexo ao Regulamento Geral de Outorgas.

#### **DA REGULARIDADE ADMINISTRATIVA E FISCAL**

3.13. Não constam dos sistemas informatizados da Administração Pública Federal sanção de caducidade, ou quaisquer registros impeditivos da continuidade do processo no CEIS contra a empresa interessada. A entidade também não apresenta débitos impeditivos da continuidade do processo nos fundos administrados por esta Agência.

3.14. A interessada está devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e encontra-se regular perante a Fazenda Federal, a Anatel, e também perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quanto aos débitos trabalhistas, tudo conforme o art. 4º do Anexo ao Regulamento Geral de Outorgas.

#### **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.15. A empresa pretende explorar o(s) serviço(s) notificado(s), para tanto, apresentou declaração, por meio de sistema informatizado, que possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente bem como a existência de pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da autorização, conforme a determinação disposta no Art. 2º do Anexo ao Regulamento Geral de Outorgas.

## DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.16. Nos termos do art. 4º do Regulamento Geral de Outorgas, a autorização terá como área de prestação de serviço todo o território nacional.

### 4. CONCLUSÃO

4.1. Ante o exposto, sugere-se a aprovação do pedido de obtenção de autorização para explorar Serviços de Telecomunicações (Interesse Coletivo e Interesse Restrito), por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional, considerando que:

- a) não existem fatos impeditivos à continuidade do presente processo;
- b) a licitação é desnecessária no caso em tela, conforme anteriormente exposto; e
- c) a requerente comprovou reunir as condições objetivas e subjetivas para o deferimento do seu pedido de autorização para exploração dos Serviços de Interesse Coletivo.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Sales Bizerra Aguiar, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações**, em 17/12/2020, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6331718** e o código CRC **55F365B1**.